

SEU DINHEIRO

DÍVIDA EXTERNA: DESSE JEITO NÃO DÁ.

Celso Ming



O governo brasileiro deverá retomar nesta semana as negociações com os credores externos. Mas, se quiser obter algum progresso, terá que mudar sua postura.

Não há dúvida de que existe a disposição dos banqueiros externos de se livrar de uma boa parcela de uma dívida hoje indesejada. Não é de hoje que o próprio mercado financeiro internacional vem aceitando quitar títulos da dívida brasileira a troco de apenas 23 ou 25 centavos por dólar devido. Portanto, há espaço para obtenção de um acordo, se não de um grande acordo, pelo menos de um acordo razoável.

Aliás, essa dívida já vem sendo quitada informalmente, por fora, por meio de operações de conversão de dívida que implicam um perdão parcial da dívida. Essas operações são até bastante simples: um devedor brasileiro, seja ele empresa ou entidade pública, que deva cem milhões de dólares, por exemplo, vai ao câmbio negro e compra 25 milhões de dólares, entrega esses dólares ao credor e recebe de volta o título já quitado. Em geral esses resgates nem são registrados no Banco Central porque o próprio devedor não tem interesse em comunicar a liquidação do título seja porque não quer, neste momento, admitir que recorreu ao câmbio negro, seja porque julga pouco importante dar-se ao trabalho de continuar cuidando de um problema que não existe mais.

Redução da dívida

Essas operações de conversão informal da dívida externa já derubaram a dívida real de longo prazo com os bancos privados internacionais dos 63 bilhões de dólares para alguma coisa em torno de 50 bilhões. O número correto não é de conhecimento sequer do comitê dos bancos credores porque existem mais de 600 credores, entre bancos e

pequenas instituições financeiras, cujas posições atualizadas em créditos para o Brasil não são conhecidas. O próprio Banco Central do Brasil admite que seus registros estão desatualizados.

Uma redução proporcionalmente maior está acontecendo também na dívida de curtíssimo prazo, os chamados projetos 3 e 4, que englobam as linhas de financiamento de comércio exterior mais o interbancário. A partir de junho do ano passado, quando o Brasil declaradamente deixou de pagar os juros da dívida externa, os bancos têm suspendido gradativamente esses financiamentos às agências dos bancos brasileiros no Exterior. Mas, nem o próprio Banco Central tem informações precisas sobre a atual posição do Brasil nesse segmento. Os números disponíveis falam de uma redução de 16 bilhões de dólares para alguma coisa entre 5 e 8 bilhões de dólares.

De todo modo isso significa, por si só, que a dívida brasileira não é tão grande quanto tem sido apontada pelas estatísticas oficiais e, portanto, já é, para os ban-

cos credores um problema menor do que o apontado pelas estatísticas oficiais. Mas, se é assim, é preciso aproveitar melhor essa disposição dos credores em se livrar da maldita dívida latino-americana.

Afora isso, a renegociação da dívida está sendo tocada com uma boa dose de ingenuidade por parte do governo brasileiro. Tudo começou quando nossas autoridades pretenderam fechar primeiro um acordo com o Fundo Monetário Internacional imaginando que isso pudesse ser feito sem que estivesse encaminhada uma solução do problema com os banqueiros privados. E continuou quando não deram autoridade para negociar ao representante oficial do Brasil, Jório Dauster: o que ele tem feito é repetir junto aos credores o que ouve lá em Brasília ou combina pelo telefone com membros da equipe econômica. Depois ele retransmite a Brasília a posição dos banqueiros. Em outras palavras, Dauster não tem autonomia para negociar. Isso não deixa de levantar entre os banqueiros a suspeita

de que governo brasileiro não confia inteiramente na capacidade de negociação do seu embaixador ou, então, que tenha algum interesse em manter emperradas as negociações. Essa falta de status do representante brasileiro talvez tenha contribuído para ocorrência de algumas atitudes de falta de respeito por parte de banqueiros para com ele.

Heavy metal

A outra ingenuidade é a de enfrentar os banqueiros com uma linguagem e com regras de jogo estranhas às praticadas pela confraria. É como exigir que membros de um clube de aficionados de música clássica se entusiasmem com um festival de *heavy metal*. É o que aconteceu quando o governo brasileiro exigiu que os bancos aceitassem o princípio da capacidade de pagamento. A não ser nos casos de perdão, é evidente que qualquer dívida só é mesmo resgatada se houver capacidade de pagamento por parte do devedor. Só que o conceito, tal como sustentado pela equipe

econômica brasileira, não faz parte nem do jargão nem da prática bancária internacional e levanta arripes no outro lado da mesa porque soa como um nome novo para a velha prática do calote.

Ao desfiar argumentos desse tipo, longe de uma postura criativa, imaginosa e moderna, os negociadores brasileiros não estão irritando apenas funcionários subalternos de instituições financeiras mas, também, provocando impasses e manifestações de má vontade para com o Brasil em círculos mais influentes como o dos dirigentes políticos das nações mais importantes. Além disso, quando pretende que a dívida só seja paga quando e se ocorrer superávit orçamentário, o governo brasileiro ou está levantando duas suspeitas: a de permitir que os próprios banqueiros interfiram na administração econômica do País, de modo a garantir o superávit primário; ou de obrigá-los a assinar um documento em que está implícita a hipótese de nunca mais receber de volta os seus dólares — uma vez que ninguém garante a existência desse superávit

futuro.

Também é ingênuo imaginar que o Brasil, apenas pelo seu charme tropical e pelo reboledo de suas mulatas, possa obter um acordo substancialmente mais favorável do que obteve o México. Como argumentam os evolucionistas, em finanças — como na natureza — não se produzem saltos. Supor que, com a faca encostada na barriga, os bancos acabem entregando muito mais é ignorar que, na cola do Brasil, os demais devedores, inclusive o México, acabariam exigindo iguais concessões. Então, por próprio instinto de sobrevivência, os banqueiros têm que ir de vagar com esse andor. Não dá para passar por cima disso impunemente.

O que o governo brasileiro tem que decidir neste momento é se vale a pena ou não apressar as negociações. O emperramento significaria não apenas a falta de uma solução mas o isolamento e a marginalização do Brasil na comunidade internacional. E não é só isso. Significaria também admitir que cerca de 10 bilhões de dólares em dinheiro novo deixem de azeitar imediatamente a economia.

(Desses, 2 bilhões correspondem às *tranches* a serem liberadas pelo Fundo Monetário Internacional, outro bilhão de dólares proviria do Banco Mundial e de outros organismos internacionais, mais cerca de 3 bilhões de dólares viriam do Fundo Nakasone e outros 4 bilhões, pelo menos, corresponderiam à recomposição das linhas de curtíssimo prazo). É difícil admitir que esses malefícios sejam compensados com vantagens proporcionadas pelo prolongamento da moratória.

Antes de começar uma nova fase nas negociações, o governo brasileiro precisa avaliar se um acordo não tão bom quanto o imaginado inicialmente não acabaria sendo melhor do que nenhum acordo.